



FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE – FANESE
CURSO DE BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LARISSA OLIVEIRA BARROS CARDOSO

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE
PEQUENO PORTE**

Aracaju-Sergipe

2016.1

LARISSA OLIVEIRA BARROS CARDOSO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO
PORTE**

Aracaju-SE

Artigo apresentado à Coordenação do curso de Ciências Contábeis da FANESE, em cumprimento da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso elemento obrigatório para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis, no período de 2016.1.

Aprovado (a) com média: _____

Professor Orientador

Coordenador de Curso de Ciências Contábeis

Coordenador de Estágio

Aracaju (SE), 30 de abril de 2016.1

LARISSA OLIVEIRA BARROS CARDOSO

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Faculdade de
Administração e Negócios de Sergipe –
Fanese, como requisito para a obtenção
do título de Bacharel em Ciências
Contábeis.**

**Professor Orientador: Prof. José Valter de
Sá Santos**

**Coordenadora do curso: Prof.^a. Luciana
Matos dos Santos F. Barreto**

Aracaju-SE

2016.1

SUMÁRIO

RESUMO.....	05
1 INTRODUÇÃO	06
1.1 Situação Problema	06
1.2 Objetivo Geral	06
1.3 Objetivo Especifico	07
1.4 Justificativa	07
1.5 Procedimentos Metodológicos	07
2 Referencial Teórico	08
2.1 Conceito	08
2.2 Microempresa e Empresas de Pequeno Porte	09
2.3 Demonstrações Contábeis	11
2.3.1 Balanço Patrimonial	11
2.3.2 Demonstrações do Resultado do Exercício.....	13
2.3.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	14
2.3.4 Demonstração do Fluxo de Caixa	18
2.3.5 Demonstração do Resultado Abrangente	22
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
ASBTRACT	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

RESUMO

O trabalho de Conclusão do Curso de bacharelado em Ciências Contábeis com o tema “Demonstrações contábeis para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte” ficou evidenciado que embora não tenha a mesma obrigatoriedade das empresas que trabalham pelo lucro real, tem melhor desenvoltura quando da elaboração das demonstrações contábeis, auxiliando a empresa para um melhor desempenho. É através destas demonstrações que podemos extrair informações de grande importância financeira, que auxiliam na tomada de decisões, atingindo assim a meta que é gerar riquezas para seus proprietários, desenvolvimento, continuidade e consistência. Com base nesse estudo analisei às Micro e Pequenas Empresas que tem, segundo informações colhidas no SEBRAE, mais de seis milhões e quatrocentos empreendimentos cadastrados, representando mais de noventa e cinco por cento dos negócios em atividade no país, gerando mais de cinquenta por cento de empregos com carteira assinada, contribuindo assim com grande parte da economia brasileira. O trabalho demonstra que a maioria dessas empresas não ultrapassa mais de cinco anos de existência, já que o objetivo em primeiro plano é o retorno financeiro, se preocupando apenas com obrigações legais e fiscais, deixando de lado as informações gerenciais. Informações que são de grande importância para a continuidade do negócio. Conclusivamente o estudo demonstrou a importância deste trabalho para todas as esferas da sociedade, principalmente para aqueles que vivenciam e valoriza um bom planejamento.

Palavras- chaves: Demonstrações contábeis. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Situação Problema

O Brasil, desde o final do século passado, vem passando por várias reformas monetárias, incluindo aí os vários cortes de zeros até o ano de 1994 quando surgiu o Plano Real. Passado esse conturbado momento de transição monetária, e com o surgimento do Plano Real, ficou mais nítido a influencia da carga tributária como um dos principais custos que penalizam as empresas no Brasil.

As demonstrações contábeis para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte tem como objetivo apresentar resultados da gestão e situação patrimonial da empresa como balanço patrimonial e resultado do exercício, fluxo de caixa, demonstração do resultado abrangente e demonstração das mutações do patrimônio líquido que é estimulada pelo conselho federal. Informações de grande relevância e que por muitas vezes desprezadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que apenas se preocupam com o agora e deixam de analisar financeiramente as condições futuras, o que ocasionam por muitas vezes no fechamento desses empreendimentos no curto prazo de sua existência.

Para Matarazzo (2010), demonstrações contábeis que, por sua vez, precisam ser transformadas em informações que permitam concluir se a empresa merece ou não crédito, se vem sendo bem ou mal administrada, se tem ou não condições de pagar suas dívidas, se é ou não lucrativa, se vem evoluindo ou regredindo, se é eficiente ou ineficiente, se irá falir ou se continuará. (Matarazzo, 2010, p. 5).

1.2 Objetivo Geral

O objetivo geral deste material é demonstrar a importância do uso das demonstrações contábeis, já que ela permite analisar condições futuras através de relatórios dos últimos anos, esse tipo de análise traz todo conhecimento da vida financeira de uma empresa, nos permitindo prever situações e auxiliando na tomada de decisão.

1.3 Objetivo específico

Elaborar as demonstrações e auxiliar na tomada de decisões, para isso é preciso:

- Balanço patrimonial juntamente com os demais;
- Comparar os índices com os padrões;
- Examinar com atenção as diferentes informações e chegar a um diagnóstico ou conclusões;
- Tomar decisões.

1.4 Justificativa

É preciso planejamento para tomada de decisões, já que as condições do futuro tendem a ser diferentes do passado, sendo que as demonstrações contábeis podem ser uma das formas de analisar financeiramente a situação da empresa.

Para Santos, (2006, p. 18 e 19), as demonstrações contábeis devem apresentar adequadamente, de forma estruturada, a posição financeira patrimonial, o resultado das operações e o fluxo de caixa (ou origens e aplicações de recursos) da entidade em determinada data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Elas objetivam fornecer informações sobre a situação financeira e patrimonial, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis a uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões.

Assim, as demonstrações contábeis auxiliam os usuários a estimar os resultados futuros e os fluxos financeiros futuros da entidade.

1.5 Procedimentos Metodológicos

O procedimento metodológico utilizado neste material utiliza-se como base teorias bibliográficas com conceituações de diversos autores relacionados ao tema que foi proposto neste artigo. Todas as teorias foram estudadas, analisadas e escolhidas através de materiais de publicação como: estudos bibliográficos e sítios da internet.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito

As demonstrações contábeis surgiram no século passado, chegando ao Brasil nos anos 70. Tendo início nos Estados Unidos, utilizada por banqueiros da época para que pudessem determinar os riscos em conceder empréstimos as empresas, com dados que eram superficialmente examinados, sem nenhuma técnica analítica ou quantitativa.

Segundo Braga (2003, p. 75), as demonstrações contábeis, também denominadas financeiras na legislação societária (Lei nº 6.404/76), são utilizadas pelos administradores para prestar contas sobre os aspectos públicos de responsabilidade da empresa, perante acionistas, credores, governo e a comunidade em geral. Têm, portanto, por objetivo, revelar, a todas as pessoas interessadas, as informações sobre o patrimônio e os resultados da empresa, a fim de possibilitar o conhecimento e a análise de sua situação econômico-financeira.

Por isso, a legislação societária determina que ao término de cada exercício social, a administração da empresa faça elaborar, com base em sua escrituração, demonstrações contábeis, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da empresa e as mutações ocorridas no exercício.

Podemos ver claramente o surgir e desenvolver e sua grande utilidade, não só para bancos, mais para diversos usuários que estão ou pretendem se relacionar com a empresa, e principalmente para quem as gerencia.

Para Ribeiro (2013):

O objetivo das Demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisões econômicas. (RIBEIRO, 2013, p. 401).

Partindo dessa afirmação, o uso das demonstrações contábeis não deve se limitar apenas para cumprir obrigações ou tais exigências, mais deve ser usada como parte da empresa na tomada de decisões, não só de grandes empresas, mais também das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

2.2 Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em atividade no país possuem seguimentos na atividade de comércio, prestação de serviços, indústria e construção, sendo que a maioria atua na atividade de comércio e prestação de serviço.

Os pequenos negócios empresariais são formados pelas micro e pequenas empresas (MPEs) e pelos microempreendedores individuais (MEIs).

Segundo o Sebrae-NA, no Brasil existem 6,4 milhões de estabelecimentos. Desse total, 99% são micro e pequenas empresas (MPEs). As MPEs respondem por 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado (16,1 milhões). SEBRAE.

Sendo o Brasil composto economicamente em sua grande maioria por Micro e pequenas empresas, o governo criou políticas específicas para facilitar sua sobrevivência, como; Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas, e o Supersimples.

Segundo SEBRAE, a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte foi instituída em 2006 para regulamentar o disposto na Constituição Brasileira, que prevê o tratamento diferenciado e favorecido à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Foi concebida com ampla participação da sociedade civil, entidades empresariais, Poder Legislativo e Poder Executivo e já atravessou quatro rodadas de alteração, sempre com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e a competitividade das microempresas e empresas de pequeno porte brasileiras, como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia.

Através da Lei Geral, foi instituído o regime tributário específico para os pequenos negócios, com redução da carga de impostos e simplificação dos processos de cálculo e recolhimento, que é o Simples Nacional.

Além disto, a Lei prevê benefícios para as pequenas empresas em diversos aspectos do dia a dia, como a simplificação e desburocratização, as facilidades para acesso ao mercado, ao crédito e à justiça, o estímulo à inovação e à exportação.

Critério: receita bruta

A Lei Geral uniformizou o conceito de micro e pequena empresa ao enquadrá-las com base em sua receita bruta anual.

A microempresa será a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados nos órgãos competentes, que aufera em cada ano calendário, a receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00.

Se a receita bruta anual for superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior é R\$ 3.600.000,00, a sociedade será enquadrada como empresa de pequeno porte. Estes valores referem-se a receitas obtidas no mercado nacional. A empresa de pequeno porte não perderá o seu enquadramento se obter adicionais de receitas de exportação, até o limite de R\$ 3.600.000,00.

A Lei Geral também criou o microempreendedor individual, que é pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário optante pelo Simples Nacional, com receita bruta anual de até R\$ 60.000,00. O microempreendedor pode possuir um único empregado e não pode ser sócio ou titular de outra empresa. SEBRAE.

Sua presença vem se destacando cada vez mais com o passar dos anos, porém seu plano de gerenciamento não. Apesar dos incentivos do governo, algumas empresas fecham muito cedo por falta de planejamento. Não podemos dizer que apenas as demonstrações contábeis são suficientes para continuidade de uma empresa, mais ela é fundamental para a avaliação de sua evolução, podendo assim observar erros e acertos, trazendo diagnósticos precisos.

De acordo com CRCPR, ainda com relação a quais Demonstrações Contábeis são, ressaltamos que tratamento diferenciado pode ser observado pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, isso considerando a resolução do CFC 1.418/12 que aprovou a ITG 1000.

A ITG 1000 define a elaboração do Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social.

Apesar de não serem obrigatórias, para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do

Resultado Abrangente e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, são estimuladas pelo Conselho Federal de Contabilidade. CRCPR.

2.3 Demonstrações Contábeis

2.3.1 Balanço Patrimonial

Segundo Ribeiro, (2004, p. 43 e 44), o balanço patrimonial é a demonstração que evidencia resumidamente o Patrimônio da entidade, quantitativamente e qualitativamente.

Os artigos 17 a 184 da Lei nº 6.404/76 tratam da classificação e dos critérios de avaliação das contas no Balanço Patrimonial.

No balanço, as contas são classificadas segundo os elementos do patrimônio que registram, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise das situações financeiras da companhia.

No Ativo, as contas são dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

- Ativo Circulante;
- Ativo Realizável a longo prazo;
- Ativo permanente, dividido em Investimentos, Ativo Imobilizado e Ativo Diferido.

No Passivo, as contas são classificadas nos seguintes grupos:

- Passivo Circulante;
- Passivo Exigível a longo prazo;
- Resultados de Exercícios Futuros;
- Patrimônio Líquido, dividido em Capital Social, Reserva de Lucros e Lucros e Prejuízos Acumulados.

As contas que representam obrigações são classificadas obedecendo à ordem decrescente do grau de exigibilidade (quanto menor for o prazo de pagamento, maior será o grau de exigibilidade da conta).

(Anexo 2 da ITG 1000)

BALANÇO PATRIMONIAL					
em 31.12.x1 e 31.12.x0					
Expresso em R\$					
	31.12.X1	31.12.X0		31.12.X1	31.12.X0
ATIVO			PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa			Fornecedores		
Contas a Receber			Empréstimos e Financiamentos		
Estoques			Obrigações Fiscais		
Outros Créditos			Obrigações Trabalhistas e Sociais		
			Contas a Pagar		
			Provisões		
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Contas a Receber			Financiamentos		
Investimentos					
Imobilizado			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Intangível			Capital Social		
(-) Depreciação e Amortização Acumuladas			Reservas de Capital		
			Reservas de Lucros		
			Lucros Acumulados		
			(-) Prejuízos Acumulados		
TOTAL			TOTAL		

Para preencher os valores do Balanço Patrimonial, é preciso apurar os lançamentos no livro Diário e Razão com os saldos devidamente ajustados e corretos para que se possa ter uma verdadeira noção da situação patrimonial da empresa, o Balanço Patrimonial evidencia de forma qualitativamente e quantitativamente a situação patrimonial, e faz a diferença entre o Ativo e Passivo cujo resultado será o patrimônio líquido que, quanto maior melhor, auxiliando então na tomada de decisão. Para isso é preciso que os lançamentos sejam feito no regime de competência.

Segundo Fabretti, (2014, p. 33), regime de competência é aquele que determina que os resultados sejam reconhecidos (considerados) no mês da operação, independente de sua efetiva realização (recebimentos).

2.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício

Para Ribeiro, (2013, p. 413), a Demonstração do resultado do Exercício é um relatório contábil destinado a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da empresa.

Essa demonstração, observando o Princípio da competência, evidenciará a formação do resultado, mediante confronto entre as receitas e os correspondentes custos e despesas.

A DRE é composta, em sua maior parte, por Contas de Resultado e também por algumas Contas Patrimoniais.

A DRE deve ser estruturada observando-se as disciplinas contidas no artigo 187 da Lei nº 6.404/1976.

(Anexo 3 da ITG 1000)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
em 31.12.x1 e 31.12.x0
Expresso em R\$

	31.12.x1	31.12.x0
VENDAS DE PRODUTOS, MERCADORIAS E SERVIÇOS		
Vendas de Produtos, Mercadorias e Serviços		
(-) Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções		
= RECEITA		
(-) CUSTO DAS VENDAS		
Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços		
= LUCRO BRUTO		
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Administrativas		
Despesas com Vendas		
Outras Despesas Gerais		
= RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas Financeiras		
(-) Despesas Financeiras		
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		
= RESULTADO ANTES DAS DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		
(-) Despesa com Contribuição Social (*)		
(-) Despesa com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (*)		
= RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		

(*) As entidades que estão enquadradas no Simples Nacional devem evidenciar os tributos na linha "Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções". Neste caso, devem desconsiderar essas contas.

Podemos observar geralmente durante o período de um ano o resultado econômico da empresa de lucro ou prejuízo. Sendo que as empresas no Simples evidenciam IRPJ e CSLL nas deduções, abatimentos e devoluções por ter sua base de cálculo na receita bruta, a Demonstração de Resultado auxilia na Distribuição de Lucros, pois os sócios devem pensar na continuidade da empresa, expansões futuras e sua missão, que é a verdadeira razão de existir.

Havendo a necessidade de evidenciar alguma conta, serão usadas as notas explicativas.

Segundo Ribeiro, (2013, p. 445), notas explicativas são esclarecimentos que visam a completar as demonstrações Contábeis e informar os critérios utilizados pela empresa, a composição dos saldos de determinadas contas, os métodos de depreciação, os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais etc.

2.3.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para Ribeiro, (2004, p. 90), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é um relatório contábil que mostra as variações ocorridas nas contas integrantes do grupo Patrimônio Líquido.

Neste tipo de demonstração contábil são evidenciados os saldos iniciais, os ajustes de exercício anteriores, os aumentos de Capital, as Reversões de Reservas, o Lucro Líquido do Exercício e sua destinação, além dos saldos finais das respectivas contas que compõem o Patrimônio Líquido da entidade.

Essa demonstração está prevista no parágrafo segundo do artigo 186 da Lei nº 6.404/76.

Conforme vimos, esta demonstração evidencia as variações ocorridas durante o exercício em todas as contas integrantes do grupo Patrimônio Líquido.

Para Fabretti, (2014, p. 19 a 24), as variações das Mutações Patrimoniais são:

- Atos administrativos, de imediato não provocam alteração no patrimônio líquido, são exemplos: nomeação de diretores, conselheiros, correspondências,

elaboração de planos de marketing, de vendas, exigência de uso de uniforme ou vestuário não fornecido pelas empresas etc.

- Fatos administrativos são aqueles que, quando praticados, importam numa alteração (mutação) imediata do patrimônio da entidade, ou seja, quando alteram a quantidade de bens, direitos ou obrigações das empresas, ou ainda geram receitas ou despesas.
- Fatos permutativos são aqueles que alteram a estrutura do patrimônio sem, contudo, alterar o patrimônio líquido. Como exemplo, a compra de mercadoria.
- Fatos modificativos são os que modificam o patrimônio líquido, para mais (aumentativos) ou para menos (diminutivos).
 - Os fatos aumentativos correspondem ao conceito contábil de receita, ou seja, aumento do patrimônio líquido.
 - Os fatos diminutivos representam redução do patrimônio líquido e correspondem ao conceito contábil de despesa.
- Fatos mistos são aqueles que produzem ao mesmo tempo uma permuta e uma modificação do patrimônio líquido, para mais ou para menos.
 - Fato misto aumentativo, quando ocorre uma venda de mercadoria com lucro (permuta + receita), houve uma permuta e um aumento no patrimônio líquido.
 - Fato misto diminutivo, é quando ocorre o pagamento do fornecedor com juros de mora (permuta – despesas), houve uma permuta e diminuição no patrimônio líquido.

Para Fabretti, (2014, p. 25), o Registro das Mutações Patrimoniais são através dos métodos contábeis, uma empresa que realiza centenas de fatos administrativos por dia, jamais conseguirá registrá-los e interpretá-los sem um método seguro, de fácil aplicação e demonstração, que permita a análise e o controle da situação econômica e financeira da empresa, elementos indispensáveis para gerenciá-las.

- Método das partidas simples, o primeiro a ser usado na história, registrando apenas o débito de cada um deles, e quando pagas, anotava ao lado o valor da quitação.

- Método das partidas dobradas, elaborado por frei Luca Paciolo publicado em Veneza, em 1494, consiste numa equação constante entre o débito e crédito. Ou seja, cada débito deve ter em contrapartida equivalente um crédito, e vice-versa.

Os dados utilizados na elaboração da DMPL são retirados do livro Razão durante o exercício em cada conta do Patrimônio Líquido, a Lei nº 6.404/76 não fixou um modelo para a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, por isso é apresentado como demonstrativo duplo do exercício anterior e do exercício atual. As variações utilizadas são os fatos administrativos que se classificam como modificativos e mistos.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	TOTAIS
Saldos em 01/01/X0					
Aumento de Capital por incorporações e ações					
Aumento de Capital com Reservas					
Aumento de Capital com Bonificações de Ações					
Ajustes de Avaliação Patrimonial					
Lucro Líquido do Período					
Reservas					
Juros sobre Capital Próprio					
Dividendos					
Constituição de Reservas					
Saldos em 31/12/X0					
Aumento de Capital por incorporações e ações					
Aumento de Capital com Reservas					
Aumento de Capital com Bonificações de Ações					
Ajustes de Avaliação Patrimonial					
Lucro Líquido do Período					
Reservas					
Juros sobre Capital Próprio					
Dividendos					
Constituição de Reservas					
Saldos em 31/12/X1					

Conselho Regional de contabilidade PR

Apesar do seu uso não ser obrigatório, a DMPL é uma demonstração completa e que evidencia todas as contas do Patrimônio Líquido e formação das reservas, podendo substituir a Demonstração de Lucro ou prejuízos Acumulados (DLPA), pois as informações contidas nela fazem parte da DMPL.

2.3.4 Demonstração de Fluxo de Caixa

É o planejamento financeiro da empresa onde podemos verificar toda entrada e saída de dinheiro, o que facilita a análise de novos investimentos ou empréstimos, garantindo assim um melhor fluxo de caixa futuro.

Para Ribeiro, (2013, p. 428), a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) é um relatório contábil que tem por fim evidenciar as transações ocorridas em um determinado período e que provocam modificações no saldo de caixa.

Trata-se de uma demonstração sintetizada dos fatos administrativos que envolvam os fluxos de dinheiro ocorridos durante um determinado período, devidamente registrados a débito (entradas) e a crédito (saídas) da conta Caixa, da conta Bancos conta movimento e das contas representativas dos equivalentes de caixa. Existem dois métodos que podem ser utilizados para a estruturação da DFC:

Segundo Ribeiro, (2013, p. 436), Método Direto, a DFC pelo método direto é semelhante à DFC pelo método indireto. O que diverge esses dois métodos, é a forma de apresentação das atividades operacionais. No método indireto, os recursos derivados das atividades operacionais, são indicados a partir do resultado do exercício antes da tributação pela CSLL e IR (lucro líquido ou prejuízo). No método Direto os recursos derivados das operações são indicados a partir dos recebimentos e pagamentos decorrentes das operações normais, efetuados durante o período.

Finalmente, deve incluir entre os ajustes as variações positivas ou negativas ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar, uma vez que essas variações, por não representarem despesas nem receitas, não foram incluídas na apuração do Resultado do Exercício e, também, pela natureza não integrarão os fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento.

Segundo Santos, (2006, p. 93), o método direto em que se incluem todos os valores brutos que afetam as disponibilidades da empresa, de forma que se tenha uma visão bem detalhada das movimentações;

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO		
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>	X1	X0
Recebimentos de clientes		
Pagamentos a fornecedores e empregados		
Caixa gerado pelas operações		
Juros pagos		
Imposto de renda e contribuição social pagos		
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos		
<i>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</i>		
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento</i>		
Compra de ativo imobilizado		
Recebimento pela venda de equipamento		
Juros recebidos		
Dividendos recebidos		
<i>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</i>		
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>		
Recebimento pela emissão de ações		
Recebimento por empréstimo a longo prazo		
Pagamento de passivo por arrendamento		
Dividendos pagos		
<i>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</i>		
<i>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</i>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		

Conselho Regional de contabilidade PR

Segundo Santos, (2006, p. 93), o método indireto nesse caso, a construção da DFC segue uma sistemática similar à da DOAR, ou seja, a partir do lucro líquido do exercício são excluídas as despesas e as receitas que não afetam as disponibilidades, e são

incluídas todas as movimentações do disponível, que não transitam pelo resultado (novos empréstimos de longo prazo, aquisições de ativo permanente etc.), utilizando-se grande parte das informações contidas na DOAR.

Para Ribeiro, (2013, p. 434), Método Indireto, a partir do resultado do Exercício antes da tributação pela CSLL e IR (lucro líquido ou prejuízo), e ajustado pela adição das despesas e exclusão das receitas consideradas na apuração do resultado e que afetam o caixa da empresa, isto é, que não representaram saídas ou entradas de dinheiro, bem como pela exclusão das receitas realizadas no exercício e recebidas no exercício anterior; pela adição das receitas recebidas antecipadamente que não foram consideradas na apuração do resultado; pela exclusão das despesas incorridas no período, porém pagas no exercício anterior; e pela inclusão das despesas do exercício seguinte pagas antecipadamente que representam saídas de caixa e não integram o resultado do período. Exclui-se, também do resultado, os resultados obtidos nas transações de bens classificados nos subgrupos de Investimentos, Imobilizado e Intangível, todos do Ativo Não Circulante, uma vez que as baixas referentes a esses bens devem ser indicadas pelos valores brutos entre as atividades de investimento.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO		
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>	X1	X0
Lucro líquido antes do IR e CSLL		
Ajustes por:		
Depreciação		
Perda Cambial		
Resultado de equivalência patrimonial		
Despesas de juros		
Aumento nas contas a receber de clientes e outros		
Diminuição nos estoques		
Diminuição nas contas a pagar - fornecedores		
Caixa gerado pelas operações		
Juros pagos		
Imposto de renda e contribuição social pagos		
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos		
<i>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</i>		
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento</i>		
Compra de ativo imobilizado		
Recebimento pela venda de equipamento		
Juros recebidos		
Dividendos recebidos		
<i>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</i>		
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>		
Recebimento pela emissão de ações		
Recebimento por empréstimo a longo prazo		
Pagamento de passivo por arrendamento		
Dividendos pagos		
<i>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</i>		
<i>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</i>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		

2.3.5 Demonstrações do Resultado Abrangente

Para Ribeiro, (2013, p. 427 e 428), a demonstração do resultado abrangente do período começa com o Resultado Líquido do Período (item final da DRP) e inclui os outros resultados abrangentes.

Segundo estabelece a citada NBC TG 26, Resultado Abrangente é a mutação que ocorre no Patrimônio Líquido durante um período e que resulta de transação e outros eventos não derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários.

A Demonstração do Resultado Abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Conforme consta do item 82A da NBC TG 26, a Demonstração do Resultado Abrangente deve incluir, no mínimo:

- Resultado Líquido do Período;
- Cada item dos outros resultados abrangentes classificados conforme sua natureza (exceto montantes relativos ao item “c” a seguir);
- Parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial;
- Resultado Abrangente do Período.

A NBC TG 26, estabelece, ainda, no seu item 7, que outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelas normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo CFC.

Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

- Variações na reserva de reavaliação quando permitidas legalmente (ver a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado e a NBC TG 04 – Ativo Intangível);
- Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido reconhecido conforme item 93 A da NBC TG 33 – benefícios a empregados;
- Ganhos e perdas derivados de conversão de Demonstração contábeis de operações no exterior (ver a NBC TG 02);
- Ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda (ver a NBC TG 38);

- Ajuste de avaliação patrimonial relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de hedge em hedge de fluxo de caixa (ver também a NBC TG 38).

É importante salientar, ainda, que nos itens 83 a 105 da mencionada NBC TG 26 constam outras disciplinas importantes acerca da Demonstração do Resultado do Período e da demonstração do Resultado Abrangente do Período.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM X1		
(=) Resultado Líquido do Período	X1	X0
(=/-) Outros Resultados Abrangentes		
Variação de Reserva de Reavaliação (quando existente)		
Ganhos/Perdas em Planos de Previdência Complementar ou Conversão das Demonstrações Contábeis p/ Exterior		
Ajuste de Avaliação Patrimonial		
(=/-) Resultados Abrangentes de Empresas Investidas (quando reconhecidas pela Equivalência Patrimonial)		
(=) Resultado Abrangente do Período		

Conselho regional de contabilidade PR

A DRA inclui todas as alterações ocorridas no Patrimônio Líquido da empresa durante um período, exceto os investimentos dos sócios e distribuição de lucros, atualizando o capital próprio dos sócios, mostra de uma forma mais aproximada da realidade o lucro da empresa, extraída do Resultado do Exercício.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual legislação brasileira, principalmente com o advento da lei complementar 123/2006 que vigora desde o dia 01 de julho de 2007, tornou mais abrangente, mais fácil e menos complicado, abrir uma Microempresa ou uma Empresa de Pequeno Porte no Brasil. O que tem dificultado é a falta de capital de giro, que embora incentivado e liberado pelo governo federal, tem servido apenas a privilegiados e não aqueles que realmente necessitam para iniciar e expandir. Não basta saber qual ramo quer atuar e possuir uma quantia para investir no capital da empresa, mas fazer com que ela dê lucro e se mantenha no mercado competitivo. É o que realmente acontece, na maioria das empresas, principalmente com as Micro e nas Pequenas Empresas, possuem toda base pra serem constituídas, porem não possuem uma consistência para se manterem abertas. A continuidade dessas empresas, não só é importante para os sócios, mas para a economia brasileira, pesquisas comprovam tal importância.

Para que essas empresas pudessem se manter no mercado, o governo criou Leis de incentivo, que ajudam muito, já que elas as diferenciam das grandes empresas. Mesmo com todos esses benefícios algumas empresas não conseguiram dar continuidade as atividades, em função da burocracia a exorbitância de juros no mercado financeiro brasileiro.

Para que tudo der certo, é preciso um bom planejamento, uma boa organização, um pouco de entendimento na área financeira e o interesse de elaborar no mínimo o balanço patrimonial e a demonstração do resultado de exercício, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, fluxo de caixa e o resultado abrangente. Sabendo que as informações extraídas desses relatórios em comparação aos anos anteriores são de grande importância, e que a maioria das empresas deixa de utilizar essas informações, mostra a falta conhecimento e gerenciamento dessas empresas. É preciso uma visão de empreendedor, já que existem grandes ferramentas para serem usadas, vamos fazer uso correto delas, afinal elas auxiliam nas tomadas de decisões. Esse é o objetivo deste trabalho, expressar a importância do uso das Demonstrações Contábeis para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, melhorando o desempenho delas e consequentemente a economia do país.

ABSTRACT

The Bachelor's Course Completion of work in Accounting with the theme "Financial Statements for Micro and Small Businesses" was evident that although it has the same obligation of companies working on actual profits, has better ease when preparing statements accounting, helping the company to better performance. It is through these demonstrations that can extract information from financial importance, that help in decision making, achieving the goal is to generate wealth for their owners, development, continuity and consistency. Based on this study we analyzed ace Micro and Small Enterprises that has, according to information gathered in the SEBRAE, more than six million, four registered enterprises, representing over ninety-five percent of business activity in the country, generating more than fifty percent formal jobs, thus contributing to much of the Brazilian economy. The work shows that most of these companies does not exceed more than five years of existence, since the goal in the foreground is the financial return, concerned only with legal and tax obligations, leaving aside the managerial information. Information that is of great importance for business continuity. Conclusively the study showed the importance of this work to all walks of society, especially for those who experience and value good planning.

keyword: Financial Statements. Micro and Small Businesses.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Hugo Rocha. Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação / Hugo Rocha Braga. – 5ª ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL.CRCPR.Disponível:<<http://www.crcpr.org.br/new/content/onLine/atendimento/FAQ/perguntasRespostas.php?setor=33>> Acesso em: 24 de abril de 2015.

BRASIL.CRCPR.Disponível:<http://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/mailling/html/2013_06_17_informativoFiscalizacao.html> Acesso em: 24 de abril de 2015.

BRASIL.SEBRAE.Disponível:<http://www.sebraesp.com.br/index.php/234uncategorised/institucional/pesquisas-sobre-micro-e-pequenas-empresas-paulistas/micro-e-pequenas-empresas-em-numeros>> Acesso em: 09 de março de 2015.

BRASIL.SEBRAE.Disponível:<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Entenda-as-distin%C3%A7%C3%B5es-entre-microempresa,-pequena-empresa-e-MEI>> Acesso em: 24 de abril de 2015.

FABRETTI, Lúdio Camargo. Contabilidade tributária / Lúdio Camargo Fabretti. – 14ª ed. – São Paulo: atlas, 2014.

MATARAZZO, Dante Carmine. Análise Financeira de Balanços: abordagem gerencial / Dante Carmine Matarazzo. - 7ª ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. Estrutura e Análise de Balanços / Osni Moura Ribeiro. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade para concursos e exame de suficiência: dos conceitos básicos aos principais temas dos editais de concurso / Osni Moura Ribeiro, Juliana Moura Ribeiro Coelho. – 1ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, José Luiz dos. Fundamentos de Análise das Demonstrações Contábeis / José Luiz dos Santos, Paulo Schmidt, Marco Antônio Martins. – São Paulo: Atlas 2006. (Coleção resumos de contabilidade; v. 21).